

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
v. 7 n. 3 dezembro 1979


o sistema nacional de arquivo

maria do carmo seabra melo fernandes

4.º congresso brasileiro de arquivologia

ombudsman contra a burocracia

terminologia arquivística


as. 70368 Clas. PER
Arquivo & Administração
.7 n.3
et./dez.1979

VOCÊ PENSA QUE ARQUIVO É PAPEL VELHO?



AH, É? QUER DIZER QUE VOCÊ AINDA NÃO ASSINOU A REVISTA ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO!?



COISA HORROROSA!



POIS ENVIE JÁ, SEU NOME, ENDEREÇO, PROFISSÃO E CEP, E INCLUA CHEQUE NOMINAL NO VALOR DE CR\$ 60,00 PARA A ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS.



PRONTO! COM ISSO VOCÊ VAI FICAR POR DENTRO DA ALDEIA GLOBAL ARQUIVÍSTICA.



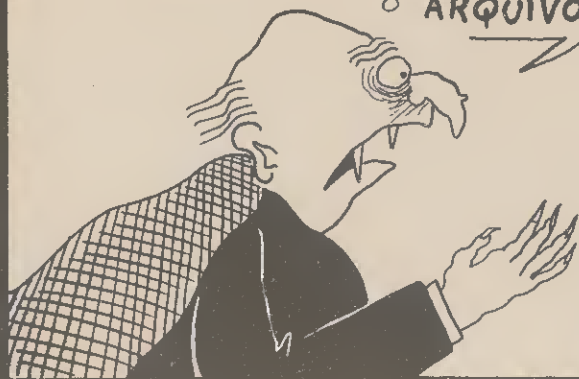
VAI VER O QUÃO FANTASMA-GÓRICO É DENOMINAR ARQUIVO PERMANENTE DE ARQUIVO MORTO...



... E PODERÁ VER TAMBÉM...



COM LICENÇA! POR OBSEQUIO, ONDE FICA O ARQUIVO-MORTO?



Conselho Editorial

Eloísa Helena Riani Marques
Helena Corrêa Machado
José Lázaro de Souza Rosa
José Pedro Pinto Esposal
Maria de la E. de España Iglesias
Maria Luíza S. Dannemann

Redatora-Chefe

Marilena Leite Paes

Secretária

Maria Amélia Gomes Leite

Editoração

Edições Achiamé Ltda.
Praia de Botafogo, 210/gr. 905
Tel.: 286-2549
22250 Rio de Janeiro — RJ

Publicidade

Maity Comunicação Visual Ltda.
Rua Senador Dantas, 118 gr. 412/413
Tel.: 222-2436
20031 Rio de Janeiro — RJ

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Diretoria 1979-81

Presidente: Regina Alves Vieira
Vice-Presidente: Rômulo Brügger
Roland

Primeiro Secretário: Maria Amélia
Gomes Leite
Segundo Secretário: Maria de Fátima
Vieira Lopes
Primeiro Tesoureiro: Norma Viegas de
Barros
Segundo Tesoureiro: Aurora Ferraz
Frazão

Conselho Deliberativo

Astréa de Moraes e Castro
Gilda Nunes Pinto
Helena Corrêa Machado
José Pedro Pinto Esposal
Maria Luíza S. Dannemann
Marilena Leite Paes
Myrthes da Silva Ferreira
Raul do Rego Lima
Wilma Schaefer Corrêa

Suplentes

Hélio dos Santos
Jaime Antunes da Silva
Jainine Resnikoff Diamante
Maria Amélia Porto Migueis
Martha Maria Gonçalves
Maura Esândola Quinhões

Conselho Fiscal

Arnaldo Barbosa Cruz
Fernando Salinas
Milton Machado

Suplentes

Eloísa Augusta Vieira de Almeida
Marilúcia Ribeiro da Silva

sumário

editorial 3

resenha bibliográfica 4

estudos
o sistema nacional de arquivo 7

entrevista
telemig — empresa integrante do siste-
ma telebrás 16

informe 18

várias
4º congresso brasileiro de arquivolo-
gia 27
os caminhos da desburocratização 30
ombudsman contra a burocracia 34
terminologia arquivística 34
as empresas a serviço da burocracia 36
navegação da memória 38

crônica
documento destruído é história per-
dida 40

Correspondência para
Arquivo & Administração
Praia de Botafogo, 186 sala B-217
22253 Rio de Janeiro — RJ
Tel.: 246-6637

Preços de assinaturas
Sócios da AAB distribuição gratuita
Não-sócios Cr\$ 60,00
Exemplar avulso
ou atrasado Cr\$ 25,00

Os artigos assinados são de inteira
responsabilidade dos
autores e não expressam
necessariamente o pensamento
da Associação dos Arquivistas
Brasileiros ou dos redatores de
Arquivo & Administração.

Permitida a reprodução de
artigos desde que seja observada
a ética autoral que determina a
indicação da fonte.

Distribuição: AAB
Desejamos permuta
Deseamos permuta
Nous désirons échange
We are interest in exchange

Arquivo & Administração v.1- n.0- 1972-
Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros.
v. ilust. 28cm quadrimestral.

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

1. Arquivos — Periódicos. 2. Administração — Periódicos. I. Associação
dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

Este periódico está registrado na SCDP-SR/GB do DPF, sob o n. 397/D. 20.493/46

ISSN 0100-2244

Arq. & Adm.	Rio de Janeiro	v.7	n.3	p. 1-40	set./dez. 1979
-------------	----------------	-----	-----	---------	----------------



R. 40368

informações aos colaboradores

Solicitamos aos colaboradores de **Arquivo & Administração** que atendam às seguintes indicações, ao enviarem seus trabalhos para serem publicados:

1. Preparação dos originais

Os textos devem ser datilografados em laudas de 20 linhas, com espaço três, cada linha de 72 batidas, com duas cópias e não devem ter menos de 200 ou mais de 400 linhas. Se ultrapassarem este total máximo devem ser acompanhados de indicação de capítulos, pois serão editados em duas ou mais vezes. Cada trabalho deverá conter:

- a) Uma abertura datilografada em lauda separada, em no máximo 10 linhas, apresentando as principais idéias do trabalho, no sentido de motivar o leitor.
- b) O desenvolvimento, que é o trabalho propriamente dito, dentro do espaço acima indicado.
- c) Referências bibliográficas.
- d) Currículo do autor, em no máximo 5 linhas.

2. Preparação das referências bibliográficas

Devem ser numeradas e apresentadas em ordem alfabética, observando-se as seguintes normas baixadas pela ABNT:

Publicação avulsa (livro, folheto, tese, etc.) — sobrenome do autor, prenome(s) abreviado(s), título, local, editor, data, número de páginas ou indicação de página(s) determinada(s). Em caso de dois autores, mencionar ambos; mais de três, mencionar o primeiro seguido de *et alii*.

Artigo de periódico — autor(es), título do artigo, título do periódico, indicação de volume, número, páginas inicial e final, data.

3. Normas gerais de publicação

Os trabalhos serão aceitos desde que representem material original do autor, dependendo a sua publicação da apreciação de um conselho editorial, e sob a condição de que possam sofrer revisão por parte da Editoria, no sentido de adaptá-los à publicação. Qualquer modificação de estrutura ou conteúdo será previamente acordada com o autor.

4. Apresentação de teses ou trabalhos científicos

Devem ser acompanhados de resumo, datilografado, em no máximo 20 linhas, currículo do autor, datilografado, em no máximo 5 linhas e histórico do trabalho, justificando-o, datilografado, em no máximo 10 linhas. Os resumos serão publicados na seção **Resenha bibliográfica**.

5. Ilustrações, gráficos, tabelas e fotos

Os trabalhos enviados poderão ser acompanhados de ilustrações, gráficos, tabelas e fotos, que poderão sofrer modificações de tamanho e forma no sentido de adaptá-los à linha gráfica da revista.



O ano de 1979 foi pródigo em realizações, ficando marcado pela comemoração das Semanas Internacionais de Arquivo em todos os países filiados ao Conselho Internacional de Arquivo — CIA e pela promoção do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia, que se realizou de 14 a 19 de outubro, no Rio de Janeiro, com a presença de 800 participantes, representando todos os Estados e o Território de Rondônia.

A luta para a criação das carreiras de arquivista e de técnico de arquivo, pretensão dos profissionais de Arquivologia que

ocupam cargos pertencentes aos quadros do serviço público, foi desfechada pela AAB, com expediente encaminhado ao Diretor-Geral do DASP.

A carreira de arquivista, de acordo com a Lei nº 284 de 28/10/36, existia em alguns quadros, porém não escalonada. Posteriormente, em 1941, com a reforma dos quadros ministeriais, a carreira foi desdobrada, surgindo o arquivologista, com as funções de planejamento, organização e orientação, ao lado do arquivista, como seu auxiliar. Esta atribuição, entretanto, contrariava as

funções universalmente atribuídas ao arquivista, que é o profissional que tem a seu cargo as maiores responsabilidades na hierarquia funcional, como acontece na Europa e na América, onde ele é pessoa de cultura e conhecimentos altamente especializados.

O título de arquivista nos países desenvolvidos, é também atribuído aos dirigentes máximos dos Arquivos.

Com a Lei nº 3.780, de 12/7/60, aprovando o Plano de Classificação de Cargos, a carreira foi mantida, com funções auxiliares, relegada a plano inferior, em nível bastante baixo, e o arquivologista transformou-se em documentarista, denominação muito em voga na ocasião, por influência dos serviços de documentação que, entretanto, não possuíam documentos de arquivo.

Mais tarde, a Lei nº 4.084, de 1962, permitiu ao bibliotecário o desempenho das funções de documentalista, exigindo para o preenchimento destes cargos e inscrição em concurso, o diploma de bibliotecário.

Atualmente, com o Plano de Classificação em vigor, os ocupantes de cargos de arquivista foram incluídos na categoria profissional de agente administrativo, e os documentaristas transformaram-se em bibliotecários.

Finalmente, com o advento da Lei nº 6.546, de 4/7/78, foram regulamentadas as profissões de arquivista e de técnico de arquivo; a primeira em nível superior, e a segunda, com especialização em nível médio, de 2º grau. Esta é a razão de nossa luta. Precisamos, quanto antes, corrigir tais erros. Nosso trabalho será sempre em favor da dignificação do profissional de Arquivo, lutando cada vez mais para conseguirmos níveis compatíveis com seus encargos e responsabilidade.

Regina Alves Vieira

Bibliografia de publicações periódicas especializadas em Arquivo, existentes na Biblioteca do Arquivo Nacional.

Periódicos Brasileiros

1. ANAES DA BIBLIOTECA E ARQUIVO PÚBLICOS DO PARÁ. Belém, SEC, 1902-; 1902-16, v.1-9; 1969, v.11.
 2. ANAES DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza, Of. Gráf. da Cadeia Pública, 1933-; 1933, v.1; 1963, v.9.
 3. ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA. Salvador, 1917-; 1917-18; 1920; 1922-25; 1928-29; 1931-32; 1934-35; 1937-38; 1941; 1945-47; 1949; 1952; 1957; 1959-60; 1968; 1970-72; 1976-77.
 4. ANAIS DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, DAC/SEC, 1977-; 1977-78;
 5. O ARCHIVO; revista destinada à vulgarização de documentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, Tip. da Gazeta Oficial, 1905-; 1905, 1 (1-3).
- Obs.:* Publicação feita sob os auspícios do Exmo. Sr. Cel. Antonio Paes de Barros.
6. ARQUIVO; boletim informativo. São Paulo, Divisão de Arquivo do Estado, 1976-; 1976, 1 (1-2).
 7. ARQUIVO DO AMAZONAS. Manaus, Divisão de Arquivo Público, 1906-; 1974, v.9.
- Obs.:* Foi editado de 1906-1908. Reiniciada a edição em 1974.
8. ARQUIVO DO DISTRITO FEDERAL; revista de documentos para a história da cidade do

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, SEC, 1894-; 1894-97; 1950-54.

Obs.: A primeira fase 1894-97 foi dirigida pelo Dr. Mello Moraes. Reapareceu em 1950 com o mesmo título.

9. ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO. Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1972-; 1972-79, v.1-7.
 10. ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATI. Rio de Janeiro, MRE, Seção de Publicações, 1951-; 1951-52; 1960; 1964.
 11. ARQUIVOS. Recife, Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo, 1942-; 1942, 1 (2); 1945-51, 4-10 (7-20).
 12. BOLETIM — Arquivo do Estado de São Paulo. São Paulo, 19-; 1943-52, v.4-9; 1953-61, v.11-15; 1962, v.16.
- Obs.:* Nova fase a partir do v.9.
13. BOLETIM DA DIVISÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS DO ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE PERNAMBUCO. Recife, Secretaria de Justiça, 19-; 1967, 2 (1).
 14. BOLETIM DO ARQUIVO DO PARANÁ. Curitiba, Departamento Estadual de Arquivo e Microfilmagem 1976-; 1976-79, 1-4 (0-4).
 15. BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL DE CURITIBA. Curitiba, Imp. Paranaense, 1906-; 1906-1908.
 16. BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. Aracaju, SEC, 1978-; 1978.
 17. MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL. Rio de Janeiro, 1970-; 1970-79, 1-10.
 18. REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. São Paulo, Prefeitura

ra, Div. de Arquivo Histórico, 1934-; 1934-55; 1969; 1974-77.

19. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO. Recife, 1946-; 1948; 1952-76.
20. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. Maceió, SEC, 1962; 1962 (1).
21. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Liv. do Globo, 1921-; 1921-30, 1-23.

Obs.: Título a partir de 1927: REVISTA DO MUSEU E ARQUIVO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL.

22. REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte, 1896-; 1896-1979.

Obs.: De 1896-1898 editada em Ouro Preto. Interrompida em 1937 (v.25) recomeçou em 1975 (v.26). Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul ver Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Periódicos Estrangeiros

23. THE AMERICAN ARCHIVIST. Chicago, The Society of American Archivist, 1938-; 1938-1979.
24. ANAIS DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1920-; 1920-22, 1-3 (1-12).
25. ANNUAIRE — Conseil International des Archives. Paris, CIA, 1979; 1979, 1v.
26. ANNUAL REPORT OF ARCHIVIST OF THE UNITED STATES. Washington, The National Archives, 19-; 1944-45, 1v.

27. ANNUAL REPORT OF THE NATIONAL ARCHIVES OF INDIA. New Delhi, Director of Archives, 1970- ; 1970, 1v.; 1971, 1v.; 1977, 1v.
28. THE ARAB ARCHIVES; the journal of the Arab Regional Branch, International Council of Archives. Bagdad, 1975- ; 1975, 1v.
- Obs.: Texto em inglês e árabe.*
29. DER ARCHIVAR, mitteilungsblatt für deutsches archiwesen. Deusseldorf, Nordrhein-Westfälischen Hauptstaatsarchiv, 1978- ; 1978, 31(1); 1979, 32 (1-2).
30. ARCHIVARIA. Canada, Public Archives, 1975- ; 1975/76.
31. ARCHIVES. Québec, Association des Archivistes du Québec, 19- ; 1974, 1 n.º.
32. ARCHIVES NATIONALES. Algéria, Direção Central dos Arquivos Nacionais, 1973- ; 1973; 1978.
33. ARCHIVOS. Colombia, Academia Colombiana de Historia, Sección de Archivos y Microfilmes, 1967- ; 1967-72.
34. ARCHIVUM; revue internationale des archives. Paris, CIA, 1951; 1951-79.
35. ARQUIVO HISTÓRICO DA MADEIRA. Funchal, Arquivo Distrital do Funchal, 1931- ; 1932, v.2(1-4); 1933, v.3(1-3); 1934-35 v.4(1-2); 1959, v.11.
36. ARQUIVOS DE ANGOLA. Luanda, Museu de Angola, 1943- ; 1943; 1944-48; 1950-53; 1955.
- Obs.: 2ª série em 1943.*
37. BOLETIM – Arquivo Histórico de S. Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe, 1970- ; 1973, 3 (5).
38. BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO E DA BIBLIOTECA DO MUSEU DE ANGOLA. Luanda, Museu de Angola, 1954- ; 1954, n.21-22.
39. BOLETIN. Santa Fé, Archivo General de la Provincia, 1969- ; 1969; 1975/76.
40. BOLETIN DE LA ANABA. Madrid, Asociación Nacional de Bibliotecarios, Archiveros y Arqueólogos, 19- ; 1977, 27 (3).
41. BOLETIN DE LA ASOCIACION ARCHIVISTICA ARGENTINA. Buenos Aires, 1970- ; 1973, 3 (7-8); 1974, 4 (10); 1975, 5 (12).
42. BOLETIN DE LA ASOCIACION PERUANA DE ARCHIVEROS. Lima, 1976- ; 1976, n.1.
43. BOLETIN DE LA ESCUELA NACIONAL DE BIBLIOTECARIOS Y ARCHIVISTAS. Mexico, Talleres Graficos de la Nacion, 19- ; 1960, t.4 n.16; 1962, t.5 n.29.
44. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Caracas, 1923- ; 1923-35, 1-19 (1-73); 1936, 20 (77); 1938, 23 (90-91); 1948-49, 36 (142-45); 1950, 37 (147-48); 1951, 38 (152); 1952, 39 (157); 1953, 40 (160-62); 1954, 41 (163); 1955, 42 (168); 1956, 43 (170-73); 1957-65, 45-55 (178-208); 1966, 56 (210); 1967, 57 (213); 1968-77, 58-67 (214-233).
- Obs.: Título até 1938 – BOLETIN DEL ARCHIVO NACIONAL.*
45. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Ciudad Trujillo, 19- ; 1953-59.
46. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Guatemala, Ministerio de Gobernacion, 1967- ; 1967, 1 (1).
- Obs.: Segunda época.*
47. BOLETIN DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Mexico, Secretaria de Gobernacion, Direccion General de Informacion, 1930- ; 1930-32; 1955-59. Boletin del Archivo Nacional ver Boletin del Archivo General de la Nacion, Caracas.
48. BOLETIN DEL ARCHIVO NACIONAL. La Habana, Archivos de la Republica de Cuba, 19- ; 1943-46, n.42-45; 1949, n.48; 1954-58, n.53-57.
49. BOLETIN DEL COMITE DE ARCHIVOS. La Habana, Comisión de Historia del Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1958- ; 1958, 1 (1-3).
50. BOLETIN INFORMATIVO DEL ARCHIVO NACIONAL DE PANAMA. Panama, 1974- ; 1975-76, 2-6.
51. BOLETIN INTERAMERICANO DE ARCHIVOS. Cordoba, Centro Interamericano de Archivos, 1974- ; 1974-76.
52. BULLETIN – Conseil International des Archives. Paris, CIA, 1973- ; 1973-78, 1-10.
53. BULLETIN – International Council in Archives Microfilm Committee. Madrid, Centro Nacional del Microfilme, 1972- ; 1972-78.
54. BULLETIN DU COMITE DES ARCHIVES D'ENTREPRISES. Bruxelles, CIA, 1978- ; 1978-79.
55. BULLETIN OF THE NATIONAL REGISTER OF ARCHIVES. London, Historical Manuscripts Commission, 1948- ; 1948-61, n.1-11.
56. LA GAZETE DES ARCHIVES. Paris, Association des Archivistes Français, 1947- ; 1947-53, n.1-13; 1954, n.15-16; 1955-59, n.18-26; 1960, n.28 e 30; 1961-71, n.32-75.
57. THE INDIAN ARCHIVES. New Delhi, National Archives of India, 197- ; 1977, 26 (1-2).
58. INFORMATIVO DEL ARCHIVO NACIONAL. Chile, Archivo Nacional, Biblioteca, 1978- ; 1979.
59. JOURNAL OF THE SOCIETY OF ARCHIVISTS. London, 19- ; 1971, v.4 (4); 1972, v.4 (5-6); 1973, v.4 (7-8); 1974, v.5 (1-2); 1975, v.5 (4); 1976, v.5 (5-6); 1978, v.6 (1-2); 1979, v.6 (3).
60. RAPPORT ANNUEL – Archives Publiques. Canadá; 1976/77, 1v. ; 1978, 1v.
- Obs.: Texto em francês e inglês*

61. RASSEGNA DEGLI ARCHIVI DI STATO. Roma, 19- ; 1960-62; 1970-76.

62. REPORT OF ACTIVITIES — Central Zionist Archives. Jerusalem. 1971/77, 1v. REVISTA DE LOS ARCHIVOS NACIONALES *ver* REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. San Jose, Costa Rica.

63. REVISTA DEL ARCHIVO CENTRAL. Lima, Universidad Nacional de San Marcos, 1966- ; 1966, 1 (1-2).

64. REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL ADMINISTRATIVO. Montevideo, 1885- ; 1885-89, v.1-4; 1916-22, v.5-12.

65. REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Buenos Aires, 1971; 1971-74, n. 1-4; 1976, n.5.

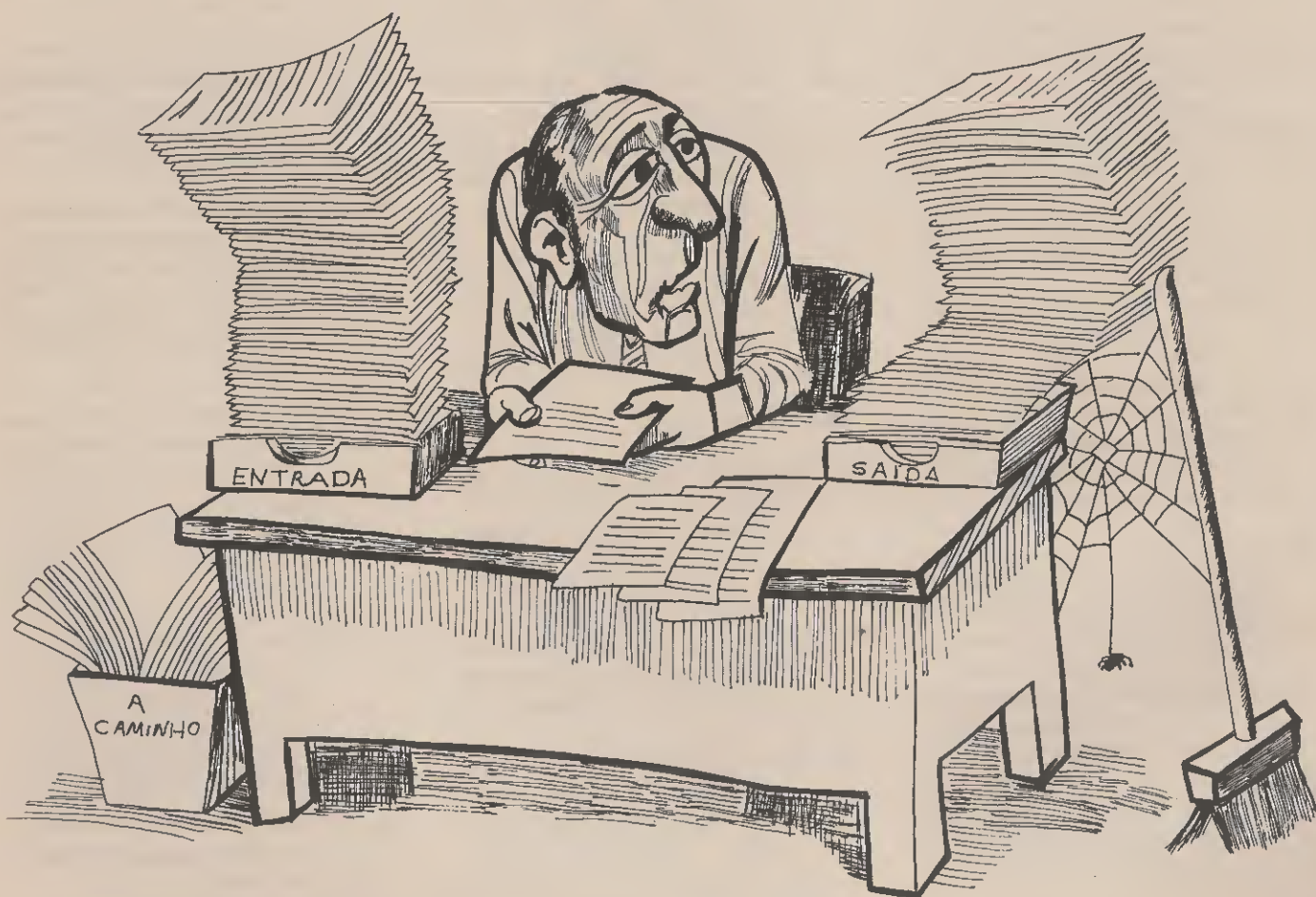
66. REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Lima, Instituto Nacional de Cultura, 19- ; 1959-62, 23-26; 1971, 29; 1972, v.1; 1973, v.2.
Obs.: Título anterior — REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL DEL PERU. Era semestral. A partir de 1972 — anual.

67. REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. San Jose, Costa Rica, 19- ; 1952, 16 (7-12); 1953-57, 17-21 (1-12); 1959, 23 (1-12); 1961-63, 25-27

(1-12); 1964, 28 (7-12); 1965-66, 29-30 (1-12).
Obs.: Título até o v.29 — REVISTA DE LOS ARCHIVOS NACIONALES. San Jose, Costa Rica.

68. REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL. Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura, 1936-1947, 1977- ; 1977, n.76, segunda série n.1. REVISTA DEL ARCHIVO NACIONAL DEL PERU *ver* REVISTA DEL ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Lima.

69. REVUE DES BIBLIOTHEQUES ET ARCHIVES DE BELGIQUE. Bruxelles, Bibliothèque Royale de Belgique, 1903- ; 1903-09, v.1-7.



navegação da memória*

roberto braga**

O governo brasileiro herdou de Portugal a política de segredo da Escola de Sagres. Entretanto não estamos planejando grandes navegações.

Depois que os Estados Unidos passaram a quebrar o sigilo dos documentos oficiais, inclusive os diplomáticos, poucos anos após terem sido arquivados, os nossos segredos unilaterais ficaram obsoletos.

Por exemplo, o episódio de 1964 no Brasil, ao ser abordado em matérias nascidas da pesquisa dos papéis norte-americanos pelo *Jornal do Brasil*, tornou conhecido aquilo que entre nós conserva a chancela de segredo de Estado. O embaixador mandava dizer que "o Presidente Goulart manifestou. . ." Ora, Jango morreu, não mais pode ser entrevistado; os nossos papéis continuam secretos. Forma-se a opinião pública e a memória brasileira a partir, apenas, da versão de outro país, por mais respeitável que seja. O nosso deverá fazer uso de sua própria memória para encontrar o caminho de seu desenvolvimento e fica preso aos fantasmas da Escola de Sagres.

* Transcrito do *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 ago. 1979.

** Jornalista e escritor, colaborador de diversas instituições culturais da área de televisão, rádio e cinema.

Em pleno país do segredo de polichinelo, as pessoas recomeçam a falar. Ou a pensar em voz alta. Desde hoje, dia 17, e durante o fim de semana, reúne-se no auditório do Palácio da Cultura, o antigo e moderno prédio do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, um simpósio sobre Cinema e a Memória Brasileira, promovido por uma dezena de entidades, algumas independentes, outras oficiais.

Trata-se da contribuição do cinema no processo de identidade cultural, da situação dos arquivos de cinema no Brasil e das alternativas para a captação de recursos, além de outros assuntos. As reuniões são abertas ao público.

Começamos a desgarrar a frota da inteligência e cultura ao sabor de ventos novos, embora ainda sujeitos às calmarias dos hábitos ultrapassados.

Não basta o vento a favor. Os veleiros devem ir para onde querem os navegantes, não para onde sopra o vento. É preciso navegar.

Sabemos que a nossa e a memória de um povo se preservam através do uso. Arquivar é indispensável, assim como armar barcos. Usar o conteúdo dos arquivos é navegar.

A película de cinema, a fita magnética, o vídeo-tape, o papel e todos os outros tipos de materiais são suportes da memória, auxiliares. O que importa é a memória ser desenvolvida, estar na cabeça da gente.

Existe uma teoria que diz da existência de memória programada pela natureza em todos os bichos, exceto no bicho-homem. Se não recebemos a nossa herança cultural, de outros, temos de recomeçar tudo da estaca zero, mais brancos que o chimpanzé.

Outro dia a Vivi Nabuco teve o bom gosto de entrevistar na televisão (Abertura) o escritor memorialista Pedro Nava que, naquele seu excelente papo, disse (de forma bem saborosa): "O presente é um plano imaginário entre o passado (que não existe mais) e o futuro (que ainda não existe). Resta, portanto, apenas a memória".

Não nos iludamos com a nossa capacidade de preservar documentos, sejam de papel ou de outros materiais ainda mais frágeis. Como a película de fotografia e cinema tendem a pegar fogo, atrair goteiras, não merecer verbas, dar bolor, traça e cupim, os

documentos naufragam ao sul do Equador. O esforço dos abnegados guardiães da cultura, que formam, pesquisam e restauram acervos valiosos, nem sempre é continuado por outros. Para que o trabalho deles tenha sentido é preciso fazer uso da memória. Divulgar o conteúdo dos arquivos, reincorporá-lo ao processo de formação cultural.

Na atualidade, provavelmente, o que o governo poderia fazer de mais profícuo em matéria de identidade cultural ligada a cinema seria exibir filmes brasileiros na rede de emissoras oficiais de televisão. Embora raramente, as emissoras particulares mais atuantes já o fazem. É incompreensível que o governo não compre filmes brasileiros para exibir em suas emissoras.

Durante meses assistimos na TVE do Rio a um crítico de cinema com pronúncia impecável em inglês dizer o nome Frank Capra e comentar os seus filmes antigos exibidos como um ciclo, um por semana. Foi ótimo. Mas ficava nisso. A gente parecia estar exilada em nosso próprio país.

De cinema brasileiro apenas as informações, reportagens e os curta-metragens apresentados pela equipe de Cinemateca. Agora nem isso mais. A equipe foi silenciada pelos fantasmas da Escola de Sagres reencarnados em personagens sem importância histórica no templo amnésico da TVE do Rio de Janeiro. Pessoas que morreram e não sabem disso. E ficam atrapalhando o trânsito da vida. Se vivessem na época de Camões, *Os Lusíadas* não teria sido impresso. Em nossa sociedade representam as células cancerígenas da memória brasileira. Vinícius de Moraes, quando moço, foi censor de cinema. Era uma profissão como outra qualquer. Depois passou a amar o cinema e principalmente a vida. As personagens que vagam e assombram a TVE odeiam a vida e da Escola de Sagres só conservam a política de segredo. Mas, na verdade, estão mais para o Velho do Restelo do que para as outras personagens de Camões.

Vai ser difícil mudar a mentalidade das instituições brasileiras, pois o condicionamento mental das pessoas em cargos de chefia vêm da ditadura do Estado Novo, quando começaram a subir na vida, e floresceu de 1964 até os nossos dias. É ilusão pensar que se

trata de um problema ideológico. Tais pessoas, reprimidas e repressoras, serviriam com a mesma eficiência a qualquer ideologia, ou a ideologia alguma. Só entendem uma linguagem: a que começa com duas palavras — *é proibido*. Em um primeiro momento a solução para se reiniciar o processo de identidade cultural na televisão oficial através da exibição de filmes brasileiros seria dizer que é proibido exibir filme estrangeiro. Isto é, a ordem oposta a que alguém deve ter dado e continua sendo obedecida, de que é proibido exibir filme de longa metragem brasileiro na TV Educativa.

Uma emissora de rádio de frequência modulada do Rio de Janeiro, a Nacional FM, transmite apenas música brasileira. Como todas as outras emissoras transmitem música estrangeira mais que brasileira, a Nacional conquistou uma audiência fiel. Com tantos canais de TV transmitindo filmes estrangeiros em proporção muito maior do que os brasileiros, se a rede de emissoras

oficiais de televisão exibisse somente filmes brasileiros não prejudicaria em nada a informação do público, ou a formação cultural do público.

Enquanto as emissoras comerciais não podem respeitar a integridade da obra cinematográfica, cuja linha ou curva de dramaticidade é interrompida pelas mensagens dos patrocinadores, as emissoras governamentais, patrocinadas por nós, contribuintes, são o veículo ideal do acervo cultural do cinema. Quanto ao cinema eletrônico, o vídeo-tape, o qual, aos poucos, vai substituir o cinema ótico, por ser mais rápido, prático e econômico, a sua produção entre nós está restrita, ainda, às redes de televisão. Nas redes particulares sofre as limitações empresariais de estarem mais a serviço da propaganda (manter índices de audiência a qualquer custo, evitar temas que possam desagradar ao grande público, aos patrocinadores e ao governo, que concede o canal)). Na rede oficial, o cinema eletrônico esbarra no receio que os

funcionários têm de perder o emprego diante dos misteriosos, insondáveis e imprevisíveis desígnios dos tutores do sistema.

Assim, para que o cinema brasileiro reencontre seu público, para que, de fato, possa contribuir no processo de formação cultural de parcela ponderável da população, só existe um caminho a curto prazo. É o Governo adquirir filmes de produção independente do cinema brasileiro para exibir em sua rede. E incentivar, assim, a livre iniciativa dos produtores de cinema e a concorrência entre os realizadores.

A memória brasileira precisa dos fazedores de filmes, que arriscam tudo a cada obra, desse espírito criativo, generoso, aventureiro, desbravador e edificador do futuro, herdado do que havia de positivo na Escola de Sagres. Dos nossos antepassados que levantaram panos apesar das advertências do Velho do Restelo.

arquivo & administração

— você está precisando com urgência atualizar-se através de Arquivo & Administração.

Assine Arquivo & Administração — Cr\$ 60,00 veja algumas vantagens: você fica por dentro do que se passa na "aldeia global" arquivística; não vai mais denominar arquivo permanente de arquivo morto; envie os

seguintes dados: nome; endereço; cidade; profissão; CEP. inclua Cr\$ 60,00 através de cheque nominal à Associação dos Arquivistas Brasileiros e receba imediatamente Arquivo & Administração.

Basta que você preencha e nos devolva prontamente a autorização abaixo.

Autorizo uma assinatura de Arquivo & Administração:

NOME _____
ENDEREÇO _____
ESTADO _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

Correspondência para Arquivo & Administração Praia de Botafogo, 186 sala B-217 22.253 — Rio de Janeiro, RJ

